

áreas da filosofia

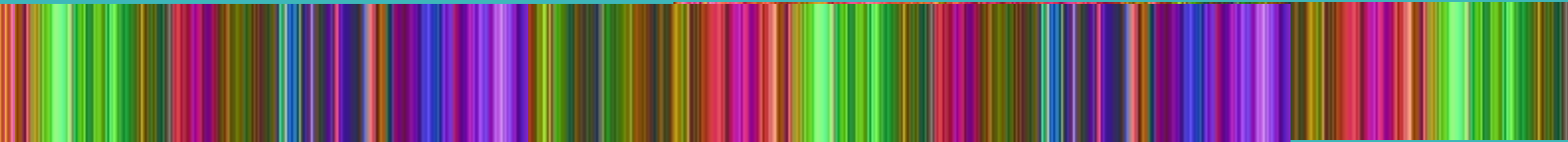
lista bibliográfica de apoio à disciplina de filosofia I 2

Liberdade

É o homem dotado de livre-arbítrio?

Áreas da filosofia

lista bibliográfica de apoio à disciplina de filosofia I 2



É o homem dotado de livre-arbítrio?

LIBERDADE



Série: Áreas da Filosofia, n.º 2

Seleção: Emília Laranjeira

Seleção web: Isabel Bernardo

Desenho gráfico: Isabel Bernardo

Paginação: Conceição Sacarrão e Fernanda Cravo

Edição: Biblioteca Escolar Clara Póvoa

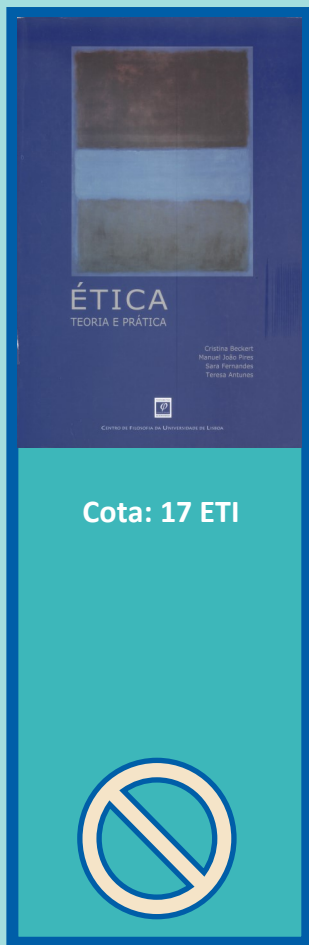
Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria, Cantanhede, 2016

Organizadas por temas relacionados com o programa da disciplina de Filosofia, as *Listas bibliográficas de apoio à disciplina de Filosofia* apresentam dois tipos de recurso:

- documentos livro, áudio e vídeo disponíveis na Biblioteca Escolar Clara Póvoa para consulta presencial e requisição domiciliária
- fontes eletrónicas *online* que podem servir de ponto de partida para explorações / estudos mais aprofundados.

À medida que o fundo documental da BECP se for enriquecendo, estas listas bibliográficas serão atualizadas.

Boa investigação!

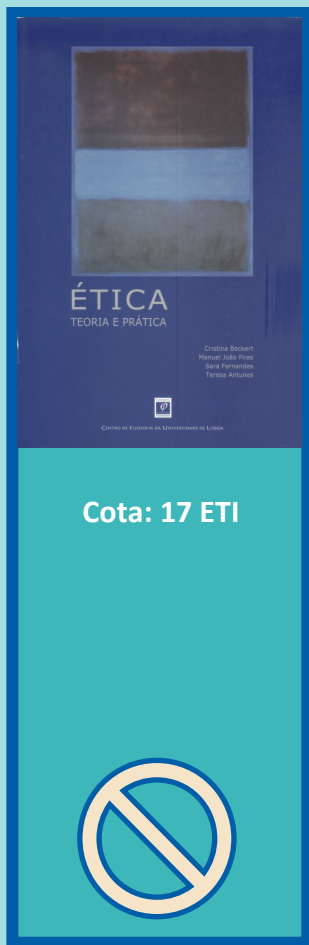


«Entre os problemas que exemplificam melhor o tipo de reflexão a que a filosofia se dedica, há um que sobressai entre os demais: possui realmente o ser humano liberdade? Esta questão atravessa a história do pensamento filosófico ocidental, sendo insistentemente retomada, desde o pensamento grego até aos nossos dias, como uma questão crucial para a compreensão do que é o humano e de quais são as suas possibilidades de existência.

No entanto, quase nunca se enfrentou este problema de uma forma direta, em que se começasse por perguntar pelo que seja a liberdade humana. Em vez desta, a pergunta que mais acompanhou a história do problema foi a que expressava uma dúvida sobre se existe tal liberdade, dúvida que pressupõe a crença pré-filosófica, e até certo ponto espontânea, na sua existência.

É, pois, sob a forma de um ceticismo sobre a existência de liberdade dos humanos que chega a ser problematizada e interrogada uma pré-compreensão do que possa, ou não, ser esse particular traço do ser humano.» (p.287).

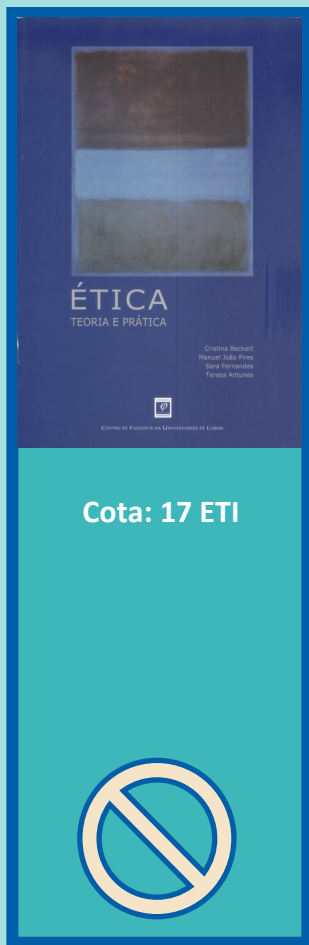
Cristina Beckert. (2012). *Ética: teoria e prática* (pp. 287-301). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.



«As razões para o ceticismo sobre a liberdade dos humanos têm partido de uma suspeita, tão antiga quanto a crença no livre-arbítrio, de que a vida humana é comandada por algum tipo de determinismo. Já entre os gregos, a vontade dos humanos, até mesmo a dos deuses, nada podia contra os fios de destino que as Moirai teciam, assim determinando a vida e a morte de cada pessoa. Fatalista ou não, esta representação ilustra, desde muito cedo, uma forma de ceticismo sobre a ideia de uma genuína liberdade da vontade dos humanos.

Atualmente, já não é a ideia de umas tecedeiras do destino que pauta a discussão sobre a existência de livre-arbítrio. Especialmente a partir da modernidade, com o progresso das ciências naturais, a interpelação cética ao livre-arbítrio renova-se com o determinismo causal, ou seja, a conceção dos fenómenos segundo a qual às mesmas causas não poderão corresponder efeitos diferentes, ou ainda, que um sistema de leis determinista, a partir das mesmas condições iniciais, só dispõe de uma evolução possível. Esta é a restrição determinista que relança o debate sobre o livre-arbítrio na contemporaneidade» (pp.287-288).

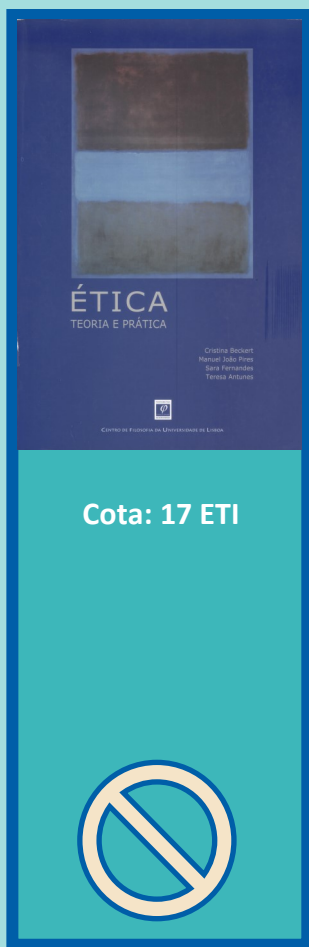
Cristina Beckert. (2012). *Ética: teoria e prática* (pp. 287-301). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.



«Não quer isto dizer que a discussão em torno do chamado determinismo teológico seja resolvida pela discussão sobre o determinismo causal. Os problemas que um e outro tratam são diferentes, com respostas possíveis igualmente diferentes. Significa, simplesmente, que, hoje, a ciência e o seu modo de compreensão do mundo têm uma importância muito maior do que no passado, já não nos dispensando de nela confrontarmos a compreensão que fazemos do humano. (...)

Quando se debate a compatibilidade do livre-arbítrio com o determinismo (causal), há duas tomadas de posição gerais sobre o problema. Uma delas diz que não há realmente problema nenhum entre determinismo e existência de livre-arbítrio, ao passo que a outra defende que não é possível ambos, o determinismo causal e o livre-arbítrio, serem verdadeiros. É habitual designarem-se estas duas tomadas de posição gerais de compatibilismo e de incompatibilismo respetivamente. Além disso, dentro de cada uma destas posições gerais, há especificações importantes a fazer» (p.288).

Cristina Beckert. (2012). *Ética: teoria e prática* (pp. 287-301). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa..



«É que, contrariamente a uma exposição abreviada das posições mais conhecidas, é de todo o interesse começar por apresentar o quadro de todas as possibilidades em causa, de modo a proporcionar uma melhor compreensão do problema. Assim, dentro do incompatibilismo, há dois posicionamentos mais evidentes:

- Determinismo radical - posição incompatibilista que sustenta ainda que o determinismo é verdadeiro e que, por isso, o livre-arbítrio só pode ser falso.

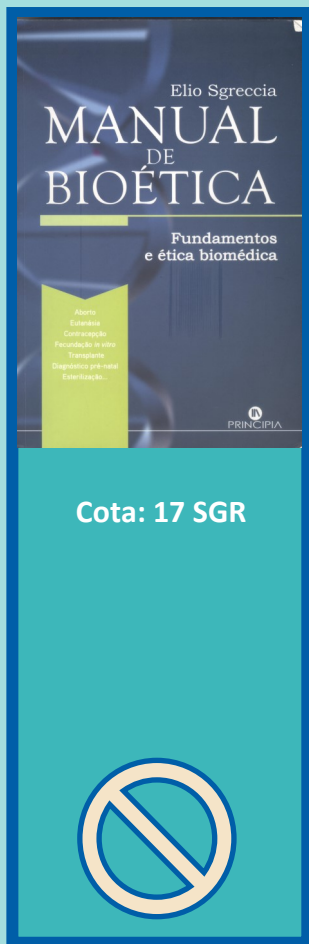
- Libertarismo - posição incompatibilista que sustenta ainda que o livre-arbítrio é verdadeiro e que, por isso, o determinismo só pode ser falso.

Há, todavia, além destes, um terceiro posicionamento possível que deve, por respeito à clareza da exposição, ser identificado. Trata-se daquela posição que, permanecendo incompatibilista, não toma partido sobre qual dos dois, ou o determinismo ou o livre-arbítrio, é verdadeiro. A esta posição propomos chamar incompatibilismo simples ou ainda agnosticismo quanto ao determinismo.

Já no caso do compatibilismo, há uma posição frequentemente subscrita que é a do determinismo moderado e que pode ser definida como a posição compatibilista que sustenta que o livre-arbítrio e determinismo são ambos verdadeiros. Mas o determinismo moderado não esgota todas as possibilidades de compatibilismo do livre-arbítrio com o determinismo» (pp.288-289).

Cristina Beckert. (2012). *Ética: teoria e prática* (pp. 287-301).

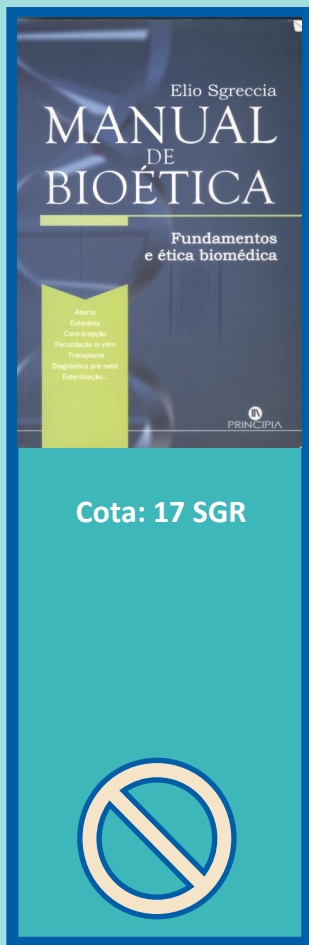
Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.



«Segundo a tradição tomista, a liberdade procede da inteligência e da vontade: a escolha livre é um ato da vontade «informada» pela inteligência. Para São Tomás, a liberdade não constitui uma faculdade distinta da razão e da vontade, antes sendo o prolongamento de ambas; reúne-as e precisa delas para produzir a ação concreta, tal como as conclusões derivam dos princípios.

F. Botturi distingue três significados da liberdade: liberdade como autodeterminação, liberdade como autorrealização, liberdade como relação.

De acordo com esta perspetiva, os atos do sujeito são medidos apenas em relação a ele próprio; pressupõe-se uma perfeita autonomia. A insuficiência desta dimensão está, no entanto, no facto de o sujeito humano não ter apenas o poder de escolher, mas também a necessidade de fazê-lo. O homem não pode escolher por escolher, antes devendo escolher para chegar, se possível, aos bens, às realidades que lhe são convenientes e de cuja orientação tem necessidade. A liberdade coincide com a escolha privada de orientação e, segundo algumas vertentes da filosofia da liberdade (L. Pareyson), o próprio ser é liberdade» (p.201).



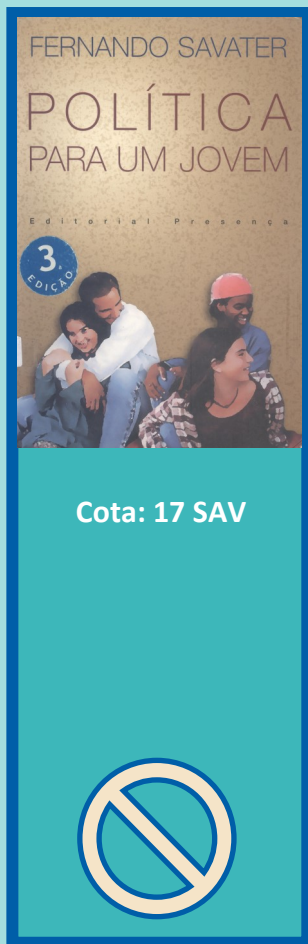
«A liberdade significa caminho para uma/a completude do agente, e tem por isso o sentido de libertação da pobreza e da escravidão da imperfeição, da incompletude, etc. A liberdade significa adesão ao bem, realização e libertação do sujeito. A este nível encontra-se um paradoxo significativo, o da conjunção de necessidade e liberdade: dirigimo-nos para o bem que é objeto da escolha livre por uma certa necessidade que temos desse bem, mas, por sua vez, o atingimento desse bem necessário liberta-nos.

Liberdade como relação A liberdade é também, relação com outros, e mais precisamente com outra liberdade. Não só a liberdade deve ter em conta a outra liberdade, mas também, a um nível mais profundo, a liberdade é necessidade constitutiva do outro como liberdade.

O homem ex-iste por força do reconhecimento que recebe; tem necessidade de reconhecimento, não para ser pessoa, mas para existir como pessoa, ou seja, para ativar plenamente as próprias capacidades afetivas e intelectuais e para atingir um sentido intenso e estável da sua própria identidade. O reconhecimento torna-se, assim, a relação através da qual o sujeito se identifica e se confirma a si próprio.

Uma noção sintética da liberdade poderia ser a seguinte: «autopossessão dependente e fidelidade deliberada; isto na ideia de uma autonomia, que se aceita na dependência do outro e do bem, e na ideia de escolha que se atua como fidelidade à outra liberdade e, ao mesmo tempo, àquilo que é capaz de dar cumprimento ao bem do sujeito» (pp.201-202).

Elio Sgreccia. (2009). *Manual de bioética* (pp. 189-254). Parede: Principia.



«Erich Fromm, escreveu há quase meio século um livro interessantíssimo cujo título é já significativo: *O Medo à Liberdade*. É esse o problema. O cidadão assusta-se com a sua liberdade, com a variedade de opções e de tentações que se desdobram diante de si, com os erros que pode cometer e com as barbaridades que pode chegar a praticar... se quiser. Vê-se como que a boiar num mar de dúvidas local, sem pontos de referência fixos, obrigado a escolher pessoalmente os seus valores, submetido ao esforço de examinar por si próprio o que é preciso fazer, sem que a tradição, os deuses ou a sabedoria dos chefes possa aliviar grandemente a sua tarefa. Mas, acima de tudo, o cidadão tem medo da liberdade dos outros. O sistema das liberdades caracteriza-se pelo facto de uma pessoa nunca poder estar completamente segura quanto ao que vai acontecer. A liberdade dos outros, eu sinto-a como ameaça, porque preferiria que eles fossem perfeitamente previsíveis, que se pacessem obrigatoriamente comigo e jamais pudessem agir contra os meus interesses. Se os outros forem livres, é evidente que poderão comportar-se melhor ou pior. Não seria preferível que tivessem que ser bons à força? Não correrei demasiados riscos permitindo a liberdade deles? Muitas pessoas renunciaram de bom grado à sua própria liberdade contanto que os outros também não gozassem dela: assim as coisas seriam a todo o momento como devem ser – e mais nada.» (pp.115-116).

Fernando Savater. (2002). *Política para um jovem* (3.^a ed.) (pp. 115-126). Lisboa: Presença.



«Por grande que seja a nossa programação biológica ou cultural, nós, seres humanos, podemos acabar por optar por algo que não está no programa (pelo menos que lá não está totalmente). Podemos dizer «sim» ou «não», quero ou não quero. Por muito apertados que nos vejamos pelas circunstâncias, nunca temos um só caminho a seguir, mas sempre vários.

Quando te falo de liberdade é a isto que me refiro. Ao que nos diferencia das térmitas e das marés, de tudo o que se move de modo necessário e irremediável. É verdade que não podemos fazer tudo o que quisermos, mas também é certo que não estamos obrigados a querer fazer uma coisa só. E aqui convém introduzir dois esclarecimentos a propósito da liberdade:

Primeiro: não somos livres de escolher o que nos acontece (ter nascido certo dia, de certos pais, em tal país, sofrer de um cancro ou ser atropelados por um carro, ser bonitos ou feios, que os Aqueus queiram conquistar a nossa cidade, etc.), mas somos livres de responder desta maneira ou daquela ao que nos acontece (obedecer ou revoltar-nos, ser prudentes ou temerários, vingativos ou resignados, vestir-nos de acordo com a moda ou disfarçar-nos de urso das cavernas, defender Tróia ou fugir, etc.)» (p.26).



«Seremos livres de tentar alguma coisa nada tem a ver com a sua obtenção indefetível. A liberdade (que consiste em escolher dentro do possível) não é a mesma coisa que a onnipotência (que seria alguém conseguir sempre aquilo que quer, ainda que tal pareça impossível). Por isso, quanto maior capacidade de ação tenhamos, melhores resultados poderemos obter da nossa liberdade. Sou livre de querer subir ao monte Everest, mas, dado o meu lamentável estado físico e a minha preparação nula em alpinismo, é praticamente impossível que alcance o meu objetivo. Em contrapartida, sou livre de ler ou não ler, mas como aprendi a ler desde muito pequeno não se trata de coisa demasiado difícil para mim, caso decida fazê-la. Há coisas que dependem da minha vontade (e isso é ser livre), mas nem tudo depende da minha vontade (caso contrário, seria onnipotente), porque no mundo há muitas outras vontades e muitas outras necessidades que eu não controlo a meu talante. Se não me conhecer nem a mim próprio nem ao mundo em que vivo, a minha liberdade esbarrará uma e outra vez na necessidade. Mas, aspeto importante, nem por isso deixarei de ser livre... ainda que caia» (p.27).

PRINCIPIA ETHICA

G. E. Moore



SERVÍCIO DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Cota: 17 MOO



«Haverá muito poucas pessoas – se é que há mesmo algumas – capazes de negar expressamente que, muitas vezes, se tivéssemos optado por isso, poderíamos realmente ter feito algo diferente daquilo que efetivamente fizemos. No entanto, mal se afirma que qualquer pessoa poderia absolutamente ter feito algo diferente do que fez, há muita gente que certamente negaria que é assim. Assim, o conceito que vamos analisar neste capítulo – o conceito segundo o qual o correto e o errado dependem daquilo que o agente pode fazer em absoluto – coloca-nos de imediato no contexto de uma controvérsia relativa ao Livre Arbítrio. Há muitas pessoas que negam veementemente que alguém pudesse ter feito algo diferente daquilo que realmente fez, ou que possa alguma vez fazer algo diferente daquilo que quer fazer; e há outras que afirmam o contrário com a mesma veemência. Qualquer dessas perspetivas sobre a questão, em conjunto ainda com o conceito de que o correto e o errado dependem daquilo que o agente pode fazer em absoluto, é suscetível de entrar em grave contradição com a nossa teoria» (pp.368-369).

G. E. Moore. (1999). *Principia ethica* (pp. 367-382). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PRINCIPIA ETHICA

G. E. Moore



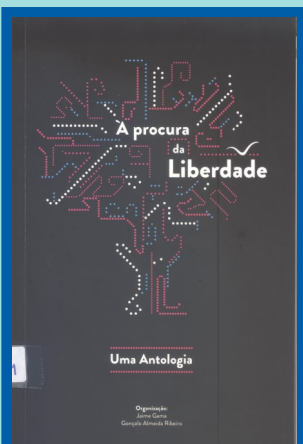
SERVÍCIO DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Cota: 17 MOO



«Quem defende que ninguém poderia ter agido de forma diferente da que agiu, se pensar também que o correto e o errado dependem daquilo que podemos fazer, terá logicamente que defender que nenhuma das nossas ações pode ser correta, nem nenhuma das nossas ações pode ser errada. Pensamos que se trata de uma opinião que muitos, de facto, defendem e que, obviamente, constitui uma objeção séria e fundamental relativamente à nossa teoria, já que implica, pelo contrário, que muitas vezes agimos de forma errada, se é que alguma vez agimos de forma totalmente correta. Por outro lado, quem defende que podemos efetivamente fazer coisas que não fazemos e que o correto e o errado dependem daquilo que desse modo podemos fazer, poderá também, embora por motivos diferentes, ser levado a contradizer a nossa teoria. Essa teoria defende que, se uma pessoa pudesse ter agido de forma diferente se tivesse optado por fazê-lo, isso já seria suficiente para nos permitir afirmar se a sua ação é realmente correta ou errada» (p.369).

G. E. Moore. (1999). *Principia ethica* (pp. 367-382). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



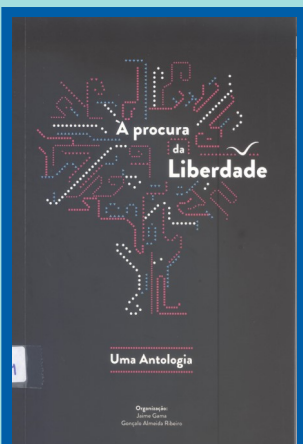
Cota: 1 GAM



«Ninguém nasce mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, económico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualifica de feminino.

(O)s homens começam a conformar-se com a nova condição da mulher; esta, não se sentindo condenada a priori, acha-se à vontade: hoje a mulher que trabalha não negligencia por isso (a) sua feminilidade e não perde (a) sua atração sexual. Esse êxito... permanece entretanto incompleto; é ainda muito mais difícil para a mulher do que para o homem estabelecer as relações que deseja com o outro sexo. (A) (s)ua vida erótica e sentimental encontra numerosos obstáculos. Neste ponto, a mulher vassala não se acha aliás em situação privilegiada: sexual e sentimentalmente, as esposas e as cortesãs são em sua maioria radicalmente frustradas. Se as dificuldades são mais evidentes na mulher independente é porque ela não escolheu a resignação e sim a luta.» (p.82).

Jaime Gama (organização). (2014). *Á procura da liberdade* (pp. 82-83). Lisboa: Gradiva.

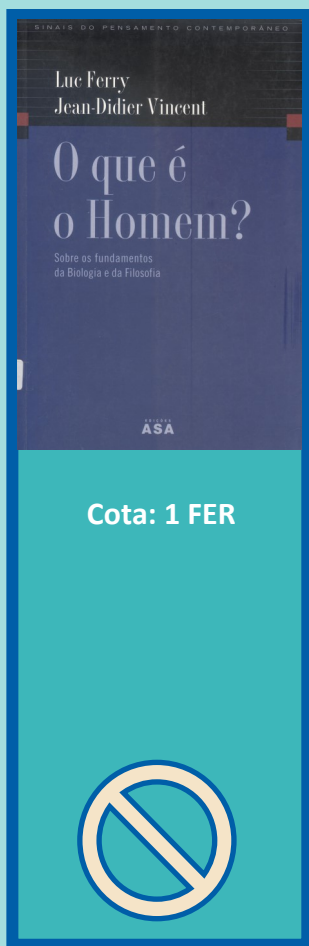


Cota: 1 GAM



«Dir-me-ão que... «para refazer a mulher», (seria necessário) que a sociedade já a tivesse feito realmente igual ao homem; os conservadores nunca deixaram, em todas as circunstâncias históricas análogas, de denunciar este círculo vicioso: entretanto a história não para. Sem dúvida, se colocarmos uma casta em estado de inferioridade, ela permanece inferior: mas a liberdade pode quebrar o círculo. Deixem os negros votar, eles se tornarão dignos de voto; deem responsabilidades à mulher, ela as saberá assumir; o fa(c)to é que não há como esperar dos opressores um movimento gratuito de generosidade; mas ora a revolta dos oprimidos, ora a própria revolução da casta privilegiada criam situações novas; por isso os homens foram levados, (no) seu próprio interesse, a emancipar parcialmente as mulheres: basta a estas prosseguirem (a) sua ascensão...(e é) mais ou menos certo que atingirão dentro de um tempo mais ou menos longo a perfeita igualdade económica e social, o que acarretará uma metamorfose interior». (p.82-83).

Jaime Gama (organização). (2014). *Á procura da liberdade* (pp. 82-83). Lisboa: Gradiva.

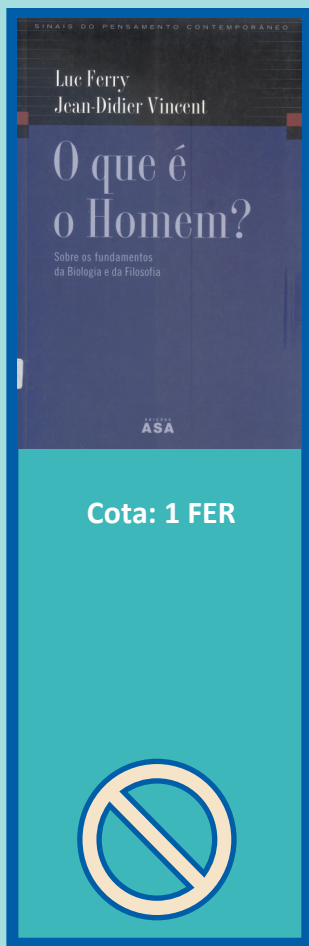


Cota: 1 FER

«Gostaria, sob a forma de paradoxo, de apresentar, de outro modo, a opinião que normalmente se tem do materialismo: não é porque o homem tem uma história, social ou natural, que deixa de ser livre, mas exatamente pelo contrário, é porque é livre que ele acede à historicidade autêntica, aquela que nos afasta do reino da natureza para nos fazer entrar no da cultura.

Decorre daqui a importância da discussão, trivial na aparência, e só nesta, incidindo na conhecida diferença entre o homem e o animal, isto é, para ir ao essencial, entre o mundo da cultura e o da natureza. É sobre este tema que, desde o século XVIII, se vão fundar as filosofias da liberdade. Com efeito, elas supõem uma nova visão do homem em relação ao mundo da Antiguidade (voltaremos ao tema no próximo capítulo) uma nova «antropologia» antinaturalista que Rousseau, sem dúvida melhor que qualquer outro antes dele, formulou perfeitamente no início do seu famoso Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens (o que, bem entendido, não significa que um único pensador esteja na génese dessa subversão mas, apenas, que foi ele que a tematizou e concetualizou na sua filosofia). Como já o escrevi, em vários dos meus livros, é aqui que, em meu entender, aparece o principal contributo filosófico de Rousseau.» (p.23).

Luc Ferry e Jean-Didier Vincent (2003). *O que é o homem?: sobre os fundamentos da Biologia e da Filosofia* (pp. 15-29). Porto: Asa.



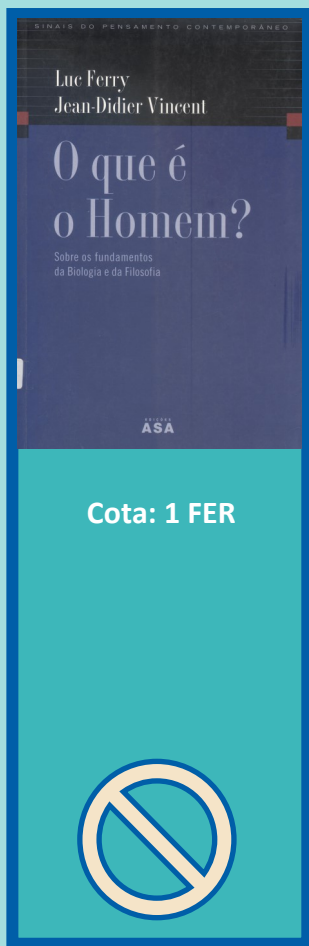
Cota: 1 FER

«O princípio do Discurso repousa sobre uma dessas intuições geniais que, por vezes, são fundadoras para muitos séculos de pensamento. É preciso determo-nos aqui, porquanto é neste critério que separa a animalidade da humanidade que está todo o segredo do humanismo moderno.

Não há dúvida que o animal possui uma inteligência, uma sensibilidade, e mesmo uma faculdade de comunicar e não são de modo algum a razão, a afetividade ou, mesmo, a linguagem que efetivamente distinguem os seres humanos. (...) Se se observar objetivamente pode verificar-se que o animal é conduzido por um instinto infalível, comum à sua espécie, como por uma norma intangível, uma espécie de programa a que nunca consegue escapar. A natureza substitui inteiramente a cultura (...)

A situação do ser humano é inversa: é mesmo tão pouco programado pela natureza que, ao contrário dos animais, pode cometer excessos, beber ou fumar até morrer, porque nele, segundo a magnífica fórmula de Rousseau, «a vontade continua a falar depois da natureza se calar». Primeira consequência: ao invés dos animais, os humanos estarão dotados de uma história cultural. (...)» (p.23-24).

Luc Ferry e Jean-Didier Vincent (2003). *O que é o homem?: sobre os fundamentos da Biologia e da Filosofia* (pp. 15-29). Porto: Asa.

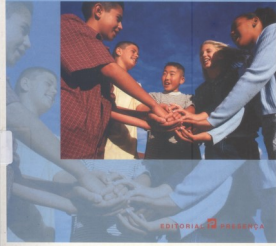


«Segunda implicação: é por ser livre, e não estar prisioneiro de qualquer código natural ou histórico determinista, que o ser humano é um ser moral. Aliás como é que lhe poderiam imputar boas ou más ações se ele não fosse, de algum modo, livre de escolher? É preciso poder afastar-se do real para o julgar bom ou mau, do mesmo modo que é necessário distanciar-se das suas pertenças naturais ou históricas para adquirir o que normalmente chamamos «espírito crítico», fora do qual não há juízo de valor que possa pretender-se universal. O que, dentro do mesmo espírito, reafirmará, alguns decénios depois, a nossa Declaração dos Direitos do Homem: não é enquanto membro de uma comunidade étnica, religiosa, linguística, nacional que há que respeitar o indivíduo, mas enquanto ele está, pela sua liberdade, sempre para além da sua comunidade de origem» (p.25).

Luc Ferry e Jean-Didier Vincent (2003). *O que é o homem?: sobre os fundamentos da Biologia e da Filosofia* (pp. 15-29). Porto: Asa.

Valores Éticos e Cidadania na Escola

Ramiro Marques



Cota: 17 MAR

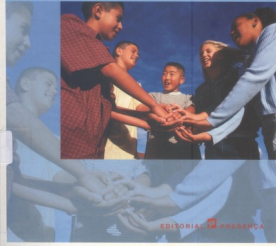


«A liberdade é a capacidade de agir espontaneamente sem violar aquilo que é razoável e conveniente. A tradição clássica define a liberdade como a capacidade para fazer aquilo que as leis nos proíbem. A capacidade para fazer aquilo que as leis, a razão e a conveniência proíbem não é sinónimo de liberdade, nem sequer é uma qualidade humana, mas sim uma imperfeição humana. Os humanos não nascem com liberdade mas sim com espontaneidade. Essa espontaneidade surge enquadrada e limitada pelos nossos instintos naturais. A liberdade é algo mais complexo. José Maria Quintana, na obra *Teoria da Educação* (Edições Asa, 2002), define a liberdade como a capacidade humana de determinar os próprios atos de acordo com princípios racionais. A educação é o processo que permite que o indivíduo se torne pessoa, através da apropriação dos valores humanos. Desse processo, faz parte, também, a conquista da liberdade. Para se ser livre é preciso que a pessoa se liberte dos condicionalismos pessoais internos (tendências instintivas, impulsos racionais, hábitos, reflexos, passividade e ignorância)» (pp. 87-88).

Ramiro Marques (2003). *Valores éticos e cidadania na escola* (pp. 77-111). Lisboa: Presença.

Valores Éticos e Cidadania na Escola

Ramiro Marques



Cota: 17 MAR



««Agir com liberdade pressupõe uma plenitude humana, uma maturidade e por isso é difícil: pressupõe no homem a capacidade de submeter as suas decisões ao que a razão exige. E, como o que se comanda bem, responde, igualmente, às pressões racionais, chegamos à surpreendente conclusão de que entre a autoridade de quem manda e a liberdade de quem obedece não há oposição, mas de facto coincidência: o mandato correto prescreve exatamente aquilo que a pessoa bem orientada está disposta a fazer. Por outras palavras: a autoridade e a liberdade não se contradizem mutuamente, pois ambas visam o mesmo: a que aja como convém. Com a particularidade de que, quando nisto falha o que age espontaneamente, a autoridade existe justamente para lhe evitar o erro, prescrevendo-lhe exatamente aquilo que, por seu equívoco, não souber ver» (op. cit. p. 219)» (p. 88).

Ramiro Marques (2003). *Valores éticos e cidadania na escola* (pp. 77-111). Lisboa: Presença.

Positive and Negative Liberty

It published Thu Feb 27, 2003; substantive revision Mon Mar

negative liberty is the absence of obstacles, barriers or constraints
ent that actions are available to one in this negative sense. Pos
ng — or the fact of acting — in such a way as to take control
damental purposes. While negative liberty is usually attribute
rty is sometimes attributed to collectivities, or to individuals
iven collectivities.

idea of distinguishing between a negative and a positive sen
t to Kant, and was examined and defended in depth by Isaiah
cussions about positive and negative liberty normally take pla
social philosophy. They are distinct from, though sometimes
ussions about **free will**. Work on the nature of positive liberty
k on the nature of **autonomy**.

**Liberdade | Stanford Encyclopedia of
Philosophy**

[clique na imagem para aceder ao recurso]



ard Bibliographies

Research Starts Here

Subject

How to Subscribe

Free Trials

Sign in



Liberty

Ian Carter

LAST REVIEWED: 08 OCT

LAST MODIFIED: 28 JAN

DOI: 10.1093/OBO/9780

Introduction

password?

Oxford Bibliographies

[clique na imagem para aceder ao recurso]



problema do livre-arbítrio

Irew Brook e Robert J. Stainton

Universidade de Carleton, Califórnia e Universidade de Western C

il é a diferença entre uma mera decisão ou selecção
olha, isto é, uma decisão livremente realizada? E
é uma decisão tal que, até ao momento em que
sido feita. A ideia por detrás desta sugestão é que
são escolhas, isto é, livremente realizadas, e aqui
o fazes as que são livres *depende de ti*. A única
são foste tu; nada te forçou a fazê-lo de um mod
s ideias:

Criticanarede

[clique na imagem para aceder ao recurso]



Páginas de filosofia ©

PDF AGENDA SECÇÕES FORMAÇÃO MATERIAIS DOCUMENTOS

COMUNIDADE DE LEITORES TERTÚLIAS FILOSÓFICAS

Início » Filosofia da Acção » Acção » Dennett sobre Determinismo e Livre-arbítrio

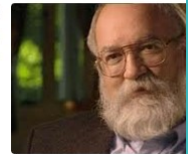
Dennett sobre Determinismo e Livre-arbítrio

Publicado em Janeiro 12, 2013 por Sérgio Lagoa

DENNETT: O determinismo não é um problema. O que queremos é liberdade, e liberdade e determinismo são inteiramente compatíveis. De facto temos mais liberdade se o determinismo for verdadeiro do que se não for.

REASON: Porquê?

DENNETT: Provavelmente o determinismo é verdadeiro, mas...



Páginas de Filosofia

[clique na imagem para aceder ao recurso]





AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
LIMA - DE - FARIA
CANTANHEDE

Cantanhede, 2016